

# **CRISE DO CAPITAL, CRISE AMBIENTAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS:**

## **limite e alavanca para o capital**

**Rachel Zacarias<sup>1</sup>**

**Carlos Frederico Loureiro<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A partir dos referenciais teórico-metodológicos de investigação da teoria social marxiana e marxista este artigo tem como objetivo demonstrar que a crise ambiental, especificamente, as mudanças climáticas podem ser ao mesmo tempo um limite e também um novo campo de acumulação para o capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** CRISE AMBIENTAL. CAPITALISMO. ACUMULAÇÃO. MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

### **DISCUSSÃO E RESULTADOS:**

A partir de 1970, capitalismo contemporâneo vem induzindo uma série de contradições que destroem o trabalho, a natureza e a possibilidade de reprodução da humanidade, fruto da crise estrutural do capital. Uma crise que segundo Mészáros (2002) vem se mostrando longa e duradoura, sistêmica e estrutural, na qual o sistema do capital encontra com seus próprios limites. Nesse contexto, uma das principais manifestações da crise do capital é a destruição ambiental, ou a chamada “crise ambiental”. A destruição incontrolável dos recursos naturais vem gerando sérios problemas ambientais e sociais em escala globalizada: aquecimento da terra, desflorestamento, contaminação de rios e mares, extinção de fauna, flora, insegurança alimentar entre outros, colocando em risco a vida no planeta. A perspectiva hegemônica defende que o cerne dos problemas ambientais está ligado ao desperdício de matéria e energia e aos limites físicos e naturais dos recursos naturais sem relacioná-los com o modo de produção capitalista. Numa perspectiva crítica as causas da crise ambiental devem-se a um conjunto de variáveis interconexas, dadas em bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais, que conformam a sociedade capitalista. Dizem respeito a um processo que duas fontes privilegiadas de riqueza: a exploração do trabalho, através da retirada da mais-valia e lucro e a exploração dos recursos

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social, UFRJ, Mestre em Educação, PUC-Rio. Professora colaboradora do Grupo de Educação Ambiental da UFJF, membro do LIEAS, UFRJ.

<sup>2</sup> Doutor em Serviço Social, UFRJ. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – UFRJ. Pesquisador CNPq. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS. UFRJ/FE –

naturais. Apesar de os representantes da perspectiva crítica defenderem que a crise ambiental é de responsabilidade da lógica destrutiva do capital, não há consenso no campo crítico em relação as consequências da crise ambiental sobre o sistema do capital. De um lado, O'Connor (2010) defende que as atuais condições de produção, especificamente a crise ambiental levam a uma segunda contradição entre o capital e a natureza, podendo se tornar um limite para o capital. De outro, Chesnais (2010) defende que destruição dos recursos naturais não afeta a curto prazo a reprodução do capital, ao contrário vem transformando as poluições industriais, a degradação dos recursos naturais em mercados, em novos campos de acumulação. Procurando compreender essa questão numa perspectiva de dialética e de totalidade é possível entender que a crise ambiental pode ser ao mesmo tempo um barreira (o limite, o fim da espécie humana) e também para o capital e também uma alavanca para o capital. Esta tese pode ser evidenciada a partir de um dos principais problemas ambientais da humanidade: as mudanças climáticas. Se por um lado, com a crise climática existem riscos potenciais de falência, danos aos ativos e quebras de contrato em consequência aos eventos extremos, além de interrupção do suprimento de combustível na cadeia, redução da disponibilidade de água, enchentes, aumento do nível do mar, perda da biodiversidade, insegurança alimentar, perda de destinos turísticos, entre outros. Por outro, as oportunidades, ou a alavanca para o capital, podem surgir com a ampliação de colheitas devido o aumento das temperaturas em climas temperados, o desenvolvimento de novas variedades de espécies adaptadas as novas condições climáticas, o investimento em novas fontes de energia – como a eólica, a geotérmica, a hidrelétrica e o comércio de emissões através do Protocolo de Quito e o Mercado Voluntário. Quanto ao mercado de carbono, é importante registrar que, além de não ser a melhor saída para poluição, visto que desestimula a criação de políticas para reduzir a emissão de poluentes, esse mecanismo constitui como uma operação financeira que visa única e exclusivamente dar lucros aos seus investidores e que não gera vantagem nenhuma para o meio ambiente. É neste sentido que esse instrumento vem se tornando um dos mecanismos mais perversos utilizados pelo capital, no sentido de transformar as poluições industriais em novos campos de acumulação e a natureza em mercadoria. É por tudo isso, que, pode-se afirmar que a crise ambiental, especificamente, as mudanças climáticas podem ser ao mesmo tempo uma barreira um limite, o fim da espécie humana e também uma alavanca para o capital. Isto significa que uma face não exclui a outra, as duas faces se opõem e, no entanto constituem uma totalidade.

### **Referências**

- CHESNAIS; SERFATTI, C. "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*. n. 16, mar.2003.p. 1-40. Disponível em: [www.unicamp.br/cermarx/criticamarxista/16chesnais.pdf](http://www.unicamp.br/cermarx/criticamarxista/16chesnais.pdf) Acesso em julho de 2010.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- O'CONNOR, J. É possível o capitalismo sustentável? In: ALIMONDA, H. (Comp). *Ecologia política: natureza, sociedade y utopia*. Buenos Aires: Clasco, 2003, p.27-52.